



CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO PÚBLICA DA CÂMARA N.º 28/23, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023

PARTICIPANTES:

Sr. Presidente da Câmara, Dr. Ricardo Manuel Oliveira da Silva Cruz

Sr. Vice-Presidente, Dr. António Manuel Fonseca Oliveira

Sra. Vereadora, Dra. Susana Margarida Macedo Mendes

Sr. Vereador, Eng.º David Miguel Sousa Fernandes Correia Pinto

Sr. Vereador, Vítor Hugo Rodrigues de Melo

Sra. Vereadora, Dra. Alexandra Marisa Pereira Leal Martins

Pelas quinze horas, no Salão Nobre do Edifício os Paços do Município, o Senhor Presidente da Câmara, Dr. Ricardo Manuel Oliveira da Silva Cruz deu início à reunião com o *“Período de Antes da Ordem do Dia”*, em cumprimento do artigo 49.º, n.º 1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Antes de entrar no referido Período, deu nota da ausência à presente reunião, do Senhor Vereador Fernando Tavares Pereira, tendo os serviços procedido à sua substituição nos termos do artigo 78.º, n.º 1, conjugado com o artigo 79.º, n.º 1, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, na sua atual redação, assim como a Senhora Vereadora Dra. Maria do Rosário Martins Garcia de Almeida, cujas faltas foram consideradas como justificadas.

AUDIÇÃO DO PÚBLICO

Não havendo público inscrito para intervir, passou de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.



CÂMARA MUNICIPAL

I - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. RICARDO CRUZ:

Na sua intervenção, o Senhor Presidente da Câmara apresentou cumprimentos aos Senhores Vereadores presentes, ao pessoal técnico afeto às reuniões da Câmara e aos Tabuenses que acompanham a reunião nas plataformas digitais.

Seguidamente deu conhecimento do projeto “Tábua: Comércio Local Digital”, submetido ao PRR no âmbito do programa Bairros Comerciais Digitais, que mereceu aprovação por parte do IAPMEI, com um investimento global de cerca um milhão de euros, que tem como objetivos fundamentais apoiar a transição digital e aumentar a competitividade e resiliência do sector do comércio e serviços da Vila de Tábua, bem como promover a modernização e atratividade do comércio e serviços de proximidade, a criação de identidade e uma imagem comum do Bairro e o aumento das vendas e das receitas do comércio local, nomeadamente do comércio on-line, parabenizando e reconhecendo o papel desenvolvido pela equipa neste projeto, tornando-o numa realidade.

Ainda sobre este projeto, que envolve 139 estabelecimentos, referiu que este resulta de um consórcio abrangente liderado pelo Município de Tábua que integra a ADI - Agência para o Desenvolvimento Integrado de Tábua e Oliveira do Hospital, como entidade co-promotora, a CIM – Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, AIRV – Associação Industrial da Região de Viseu e ADIBER – Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra, enquanto parceiros privilegiados.

De igual modo, deu nota que, o Município recebeu durante o dia de hoje, a comunicação da prorrogação por mais um ano, ou seja, até 31/12/2024, do funcionamento do Gabinete de Inserção Profissional no espaço da Câmara Municipal.



CÂMARA MUNICIPAL

No âmbito da representatividade, referiu que participou na Reunião da CIM-RC – Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra no Conselho Intermunicipal com os restantes Municípios.

Prosseguiu, referindo que no passado dia 17 de dezembro, marcou presença na inauguração da exposição “Tábua Romana: Fragmentos da nossa História” que decorreu na Biblioteca Pública Municipal João Brandão, tendo o privilégio de estar presente a Senhora Diretora Regional de Cultura do Centro, Dra. Suzana Menezes, e o Senhor Presidente da Associação de Municípios do Portugal Romano, Dr. Nuno Moita, numa iniciativa que tem por objetivo valorizar e recuperar o património perdido, relacionado com a romanização.

Acrescentou, que esta é a primeira mostra de um acervo arqueológico que o Município pretende aprofundar, designadamente com a criação da Carta Arqueológica do Concelho de Tábua, documento que permitirá conhecer com maior exatidão o passado e os modos de vida ancestrais destas populações, bem como contribuir para a preservação de novos achados, e que este está enquadrado na estratégia cultural definida para o Município, através da criação do “*Espaço Museológico Sarah Beirão e Tábua Welcome Center*”, a instalar no edifício que foi doado pelos beneméritos Sarah Beirão e António Costa Carvalho, que se consubstancia num espaço expositivo permanente que divulgue a evolução histórica do Concelho de Tábua, criando uma nova oferta que para além de dar a conhecer a sua riqueza patrimonial e cultural, seja uma porta de entrada e um convite à descoberta dos encantos que Tábua tem para oferecer, parabenizando todos os que contribuíram para a realização desta exposição.

De igual modo, deu conhecimento que marcou presença, no passado dia 16 no aniversário da Associação dos Bombeiros Voluntários de Tábua, parabenizando o trabalho desenvolvido, não só pela Direção como também pelo seu Comandante e Corpo Ativo, e pela “Escolinha de Bombeiros”, reconhecendo o desenvolvimento, a dinâmica e o trabalho realizado pela mesma.



CÂMARA MUNICIPAL

Continuou, informando que, no passado dia 15 de dezembro, teve o cuidado de enviar os parabéns aos Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Oliveirinha pelo seu 89º aniversário, apesar de não ter estado presente, uma vez que, não foi convidado, nem para o convívio de Natal nem para a festa de Aniversário, que decorreu no dia 17 de dezembro.

Referiu, de igual forma, que marcou presença em outras iniciativas, nomeadamente, na Assembleia Geral da AINTAR, no almoço de Natal e comemoração dos 10 anos de atividade da Academia Sénior de Tábua, aproveitando para fazer um reconhecimento às equipas e a todos os que participaram e continuam a participar neste projeto, desde alunos, a professores voluntários, ao Setor Social, que *«têm contribuído para que se possa ter seniores em Tábua mais ativos e ocupados nos seus tempos livres»*. Também esteve presente na festa de Natal da Eptoliva, destacando e parabenizando o dinamismo desta Escola Profissional, bem como toda a sua estrutura, da qual a Câmara Municipal faz parte, conseguindo a aprovação de dois Centros Tecnológicos Especializados nas áreas do digital e informática, para Tábua e Oliveira do Hospital, resultantes do concurso público para financiamento através do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), um investimento de mais de 1.3 milhões de euros só para o Pólo de Tábua da EPTOLIVA.

Continuou, referindo que, juntamente com o Senhor Vice-Presidente marcou presença na Assembleia Geral da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, com o objetivo de aprovar o Orçamento e definir estratégias e responder a preocupações no desenvolvimento de projetos como o CDR – Composto Derivados de Resíduos, destacando o empenho que esta Associação tem tido em prol do ambiente.

No âmbito das “Iniciativas de Natal”, destacou o Concerto Natal realizado no passado dia 23 de dezembro, com a realização de duas sessões no Centro Cultural de Tábua, pela Orquestra +, pela Orquestra Sinfónica Juvenil e da Orquestra dos Sopros, um projeto da Academia Artística do Município, parabenizando o Maestro, alunos e músicos pelo excelente espetáculo.



CÂMARA MUNICIPAL

De igual modo, referiu que, no dia 24 de dezembro, o Mercado Municipal de Tábua foi palco de mais uma edição do Concurso de Couves e Abóboras com o propósito de promover produtos regionais de significativo valor económico, cultural e turístico, uma vez que são elementos essenciais e predominantes na ceia de natal das mesas beirãs, parabenizando toda a equipa pela iniciativa e pelo dinamismo, pois estes concursos destacaram a qualidade dos produtos locais, como também, fortaleceram os laços comunitários ao celebrar as tradições e sabores da região durante a época natalícia.

No âmbito da Bolsa de Arrendamento Habitacional a Custos Acessíveis, deu conhecimento que *«até ao momento temos 78 fogos sinalizados, tendo com objetivo atingir os 93 fogos, por forma a tornar esta questão da habitação, que é tão importante para Tábua e para o País, uma realidade.»*

Antes de terminar, deu nota da inauguração da nova ETAR de Touriz equipamento que vem permitir a valorização do Vale do Rio Cavalos, através do tratamento das águas residuais de uma vasta zona urbana da Freguesia de Midões, resolvendo um problema ambiental que estava identificado numa zona de elevado interesse turístico, um investimento de 311 mil euros, financiado pelo POSEUR, numa intervenção protagonizada pela AINTAR – Associação Intermunicipal de Águas Residuais, que abrange os Municípios de Carregal do Sal, Santa Comba Dão, Tábua e Tondela.

De igual modo, referiu que, brevemente estarão em condições para inaugurar outra infraestrutura com um investimento de 1,2 milhão de euros em Covas, na União de Freguesias de Covas e Vila Nova de Oliveirinha.

No âmbito da solidariedade, destacou e agradeceu todo o empenhamento da comunidade em torno da Ana Carolina Abrantes de Mouronho, com a realização de dois concertos solidários para angariação de fundos, que vão ocorrer no dia 20 de janeiro no Centro Cultural, e no dia 17 de fevereiro no Pavilhão Multiusos.

Ainda a este respeito, deu conhecimento que durante o dia de amanhã o Município irá ter uma reunião com o sector da Ação Social e com a Ana Carolina para



CÂMARA MUNICIPAL

delinear uma estratégia para a recuperação e remodelação da sua casa, permitindo melhores condições e as acessibilidades adequadas.

Finalizou, deixando a todos os Tabuenses «*a continuação de boas festas e que nos preparemos para entrar em 2024, com toda a energia e para concretizarmos tudo aquilo que são os nossos projetos de futuro e continuarmos a trabalhar para o sucesso do nosso Concelho.*»

Nada mais tendo a acrescentar, passou a palavra aos Senhores Vereadores para se pronunciarem.

INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES

INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE, DR. ANTÓNIO OLIVEIRA:

Interveio o Senhor Vice-Presidente, Dr. António Oliveira, que após endereçar os habituais cumprimentos a todos os presentes, iniciou a sua intervenção dando conhecimento que no passado dia 15 de dezembro, marcou presença no almoço de Natal da Casa do Povo de Espariz, com os seus utentes, familiares, dirigentes, e elementos do executivo da União de Freguesias, felicitando a IPSS e os seus dirigentes, pela iniciativa que demonstra o carinho que tem para com os seus utentes, como também, com os seus agregados familiares, assistentes e os colaboradores, e que este era extensível à União de Freguesias pela presença e pelo grande apoio prestado.

Relativamente à Assembleia Geral da Agridávia, referiu que esta Cooperativa teve o cuidado de apresentar um orçamento para 2024 com contas muito rigorosas e para fins específicos, destacando o seu papel de colaboração com os agricultores, pessoas e parceiros que colaboram na área da agricultura no Concelho, felicitando os dirigentes e colaboradores, sendo estes «*o rosto daquela cooperativa, um rosto de eficiência, de simpatia, na prestação de um bom serviço à nossa comunidade*».



CÂMARA MUNICIPAL

Antes de terminar, referiu que marcou presença no passado dia 22 no jantar Natal da IPSS Midões, do Centro Social de Caeiro da Mata, felicitando toda a Direção do Centro Social, como também o Senhor Padre Tomás, pela iniciativa realizada e pelo excelente trabalho desenvolvido, tendo estado presentes cerca de 100 pessoas e muitos parceiros que colaboram com esta Instituição, desde o IEPF, Juntas de Freguesia, Corpos de Bombeiros, realçando que *«esta Instituição apresenta as contas certas, com pagamentos a 30 dias, quer a colaboradores, quer a parceiros, um fator muito importante, numa organização com esta dimensão»*.

Terminou, destacando o Concerto de Natal dando um cumprimento especial ao Maestro Pedro Carvalho e a toda a sua equipa por *«conseguirem levar por diante um projeto com mais de 12 anos, e que, neste momento possui cerca de 145 alunos na área da música, duas orquestras, uma juvenil, outra sénior, estando a fazer um trabalho e um trajeto fantástico»* conseguindo surpreender ano após ano.

INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA, DRA. SUSANA MENDES:

Interveio a Senhora Vereadora, Dra. Susana Mendes que após endereçar os habituais cumprimentos a todos os presentes e via online, iniciou a sua intervenção, referindo que marcou presença na exposição “Tabua Romana: Fragmentos da nossa História” deixando o convite a todos os Tabuenses que se encontrem de férias ou os que estão a visitar o nosso Concelho, para passarem na Biblioteca Pública Municipal para visitar esta exposição.

Continuou, dando nota, que marcou presença no almoço de Natal da Academia Sénior de Tabua e na festa Natal da Freguesia de Candosa abrilhantada por residentes, grupo de jovens, grupo coral, e os ranchos, parabenizando todos por estas iniciativas, tendo sido *«proporcionada uma festa com um espírito natalício muito forte e com o envolvimento de todos»*.

De igual modo, referiu que marcou presença na cerimónia de celebração do Aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Tabua, que



CÂMARA MUNICIPAL

decorreu com a dignidade merecida, aproveitando para parabenizar os Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Oliveirinha por mais um Aniversário, e que as duas Corporações existentes no Concelho merecem que *«nestas alturas festivas devemos expressar a nossa gratidão e reconhecimento pelo serviço exemplar que prestam a toda a comunidade do Concelho»*.

Quando ao Concerto de Natal da Academia Artística do Município de Tábua, já mencionado, apenas ressaltou e congratulou todos os Encarregados de Educação por acreditarem neste Projeto, permitindo que os seus filhos tenham uma aprendizagem diferenciada.

Prosseguiu, referindo que, marcou presença no passado dia 14 de dezembro, na tomada de posse da nova Associação de Estudantes da Escola Secundária de Tabua, felicitando os alunos pela coragem e ousadia de darem de si a esta causa, desejando aos seus elementos, muito sucesso e a concretização dos seus objetivos em prol de todos os estudantes.

Continuou, dando conhecimento que o Município de Tábua, distribuiu as tradicionais lembranças de Natal às crianças e jovens que frequentam os Jardins-de-Infância, 1º Ciclo, 2º Ciclo, 3º Ciclo, Secundário e Ensino Profissional do Agrupamento de Escolas de Tábua, assim como aos alunos do Pólo de Tábua da EPTOLIVA - Escola Profissional, tendo sido a primeira vez que todos os alunos, independentemente do ciclo de ensino, foram incluídos como beneficiários desta simbólica mas significativa oferta da Autarquia, que pretende marcar esta época natalícia, reconhecer o esforço e dedicação dos estudantes ao longo do ano letivo e incentivar os mais jovens, não apenas para a sua vida académica, mas também em termos da sua participação cívica na vida da comunidade, aproveitando para desejar uma boa continuação de férias escolares a todos os alunos.

De igual modo, referiu que no passado dia 19 de dezembro, a convite da Junta de Freguesia da Carapinha, esteve presente na entrega de prémios de mérito escolar, e que de acordo com o seu conhecimento, esta é a única Junta de Freguesia que premeia os alunos residentes na sua freguesia pelo mérito escolar e empenho



CÂMARA MUNICIPAL

que tem nos seus estudos, aproveitando para felicitar e reconhecer o papel das famílias permitindo o sucesso escolar dos seus filhos.

Como já referido pelo Senhor Presidente, acrescentou que também marcou presença na Assembleia Geral da EPTOLIVA, e que o ano 2023 correu muito bem, não só pelas candidaturas que viram aprovadas, mas que *«o ano 2024 será um ano de desafios com as recentes intenções de diferimento dos Centros Tecnológicos de Especialização, sendo o aprovado para Tábua o digital»* e que a visão clara e a estratégia do Senhor Diretor e da Direção têm sido fundamentais para garantir o desenvolvimento contínuo da Associação e da Escola, deixando um reconhecimento aos promotores da Adeptoliva, que permitem colaborar nos projetos, possibilitando que os alunos possam fazer formações práticas e mais facilmente integrar o mercado de trabalho.

Prosseguiu, informando que durante o período de férias de natal, está a decorrer em Mouronho o ATL de Natal promovido pela Câmara Municipal, estando inscritas nove crianças.

Informou ainda, que estão a decorrer as oficinas de Natal até o próximo dia 29 de dezembro, dinamizadas pelos Técnicos da atividade Física e Desportiva, de Inglês, da Biblioteca, e do gabinete da Educação do Município.

Antes de terminar e relativamente à prorrogação da autorização de funcionamento do Gabinete de Inserção Profissional, já referida pelo Senhor Presidente, apenas acrescentou que *«este Gabinete presta apoio a todos os desempregados, que queiram uma nova oportunidade de emprego e está em funcionamento há vários anos no nosso edifício, todos os dias, das nove às dezassete horas, podendo todos encontrar uma oportunidade para as ambições que têm»*.

Terminou, desejando a continuação de Boas Festas para todos e um feliz ano de 2024 repleto de saúde e sorrisos.



CÂMARA MUNICIPAL

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR, ENG.º DAVID PINTO:

O Senhor Vereador, Eng.º David Pinto, iniciou a sua intervenção endossando cumprimentos a todos os presentes na reunião, nomeadamente, ao Senhor Presidente, restantes Vereadores, colaboradores do Município que asseguram a reunião e quem está a acompanhar a reunião pelas redes sociais.

Seguidamente, informou que a Escola Municipal de Atividades Aquáticas participou no passado dia 8 de dezembro, nas Piscinas Municipais da Lousã, na primeira jornada do 1.º Mergulho, com os atletas mais pequeninos, tendo os mesmos uma presença ativa e com bastante sucesso neste evento regional.

Ainda neste âmbito, referiu que no passado dia 9 de dezembro, decorreu nas Piscinas Municipais de Arganil, a 2.ª concentração no circuito Municipal de Escola de Natação, com atletas jovens que alcançaram classificações extremamente positivas estando neste momento a ocupar o 4.º lugar deste circuito que conta com 18 Escolas Municipais de Natação.

Prosseguiu, dando conhecimento que, no passado dia 16 de dezembro, decorreu no Pavilhão Multiusos de Tábua, o último torneio do 8º Circuito Municipal de Tênis de Mesa, uma parceria com a Casa de Povo Tábua, que contou com cerca de 50 atletas de toda a Região, tendo sido encerrada com a entrega dos prémios deste circuito.

No âmbito das “Iniciativas de Natal”, já referidas pelo Senhor Presidente e restante Executivo, apenas acrescentou que o Mercado Municipal tem sido alvo de diversas atividades, que tem como objetivo atrair mais visitantes e possíveis compradores àquele espaço Municipal, dando oportunidade aos agentes locais de fazerem mais negócio.

De igual modo, referiu que no passado dia 3 de dezembro, ocorreu a exposição Atelier de Artes. No dia 10 de dezembro realizou-se um “Showcooking de Doces Natalícios”, uma iniciativa do Município de Tábua e da ADI, em colaboração com a Academia Sénior de Tábua. No dia 17 de dezembro o Mercado Municipal



CÂMARA MUNICIPAL

transformou-se no “Mercado de Natal – Mostra de Artesanato de Tábua”, no dia 24 de dezembro realizou-se a 9.^a edição do Concurso de Couves de Natal e a 7.^a edição do Concurso de Abóboras de Natal, onde estiveram presentes 28 produtos a concurso, com o objetivo de valorizar o mundo rural e quem tem gosto pela terra, no nosso Conselho.

Ainda no âmbito das “Iniciativas de Natal”, deu conhecimento que continuarão a decorrer as atividades de Natal, com a realização da tradicional fogueira de Natal e no próximo dia 7 de janeiro, vai decorrer o Cantar das Janeiras pela Tuna Mouronhense, estando todos convidados.

Referiu ainda que a Praça de Natal foi palco de inúmeras apresentações entre as quais a GEA Acat - Associação de Cavaleiros e Amazonas de Tábua, com os tradicionais "Passeios do Pai Natal" em charrete que encantaram os visitantes, oferecendo uma experiência única e inesquecível, a animação permanente do Pai Natal e dos seus Duendes, o comboio de Natal e os artesãos locais nas barraquinhas.

Informou também que este ano a “Tábua de Natal” apresentou uma novidade na sua programação, os Vales de Natal Digitais, a decorrer entre 1 de dezembro a 5 de janeiro, onde os compradores que efetuem compras nos estabelecimentos comerciais aderentes de todo o Concelho, podem ficar habilitados a serem um dos premiados aos Vales de Natal, uma alternativa moderna e sustentável, com o objetivo de reduzir a pegada ecológica, contando já com cerca de 1.000 participações.

Antes de terminar e relativamente ao movimento associativo do Concelho e às atividades realizadas por estes, parabenizou todos os dirigentes associativos pela dinâmica que dão ao Concelho de Tabua, referindo que marcou presença no Jantar convívio dos 48 anos do Grupo Desportivo Tourizense, na comemoração dos 88 anos da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Tábua, aproveitando para felicitar também os Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Oliveirinha, pelo seu aniversário, apesar de não ter estado presente. Na comemoração dos 60 anos da LAFA - Liga dos Amigos da Freguesia de Ázere, no concerto na Igreja de Ázere, na feira de natal organizada pela LAFA, no convívio do Natal da Associação da Póvoa



CÂMARA MUNICIPAL

de Midões, no convívio de natal do Núcleo de Tábua da Liga de Combatentes, na festa Natal da freguesia de Candosa, e na tomada de posse da nova Associação de Estudantes da Escola Secundária de Tábua, desejando-lhe os maiores sucessos.

Antes de terminar e no que concerne ao Concerto Natal realizado pela Academia Artística do Município de Tábua, já referido pelo Senhor Presidente e restante Executivo, apenas acrescentou que o Centro Cultural de Tábua se transformou num cenário mágico, onde a harmonia musical e a atmosfera festiva se entrelaçaram, proporcionando momentos de pura magia e celebração, parabenizando todos os envolvidos desde músicos, jovens músicos, maestro e professores, que proporcionam a realização destes dois magníficos concertos.

Terminou desejando a todos os Tabuenses as Boas Festas e um bom ano 2024.

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR VÍTOR MELO:

No uso da palavra, o Senhor Vereador, Vítor Melo apresentou os usuais cumprimentos a todos os presentes na reunião, elementos do Executivo, funcionários da Câmara afetos ao Secretariado das reuniões da Câmara, bem como os Tabuenses que estão a acompanhar a reunião, comunicação social, e todos os presentes.

Seguidamente, dirigiu-se ao Senhor Presidente referindo que *«na última Sessão da Assembleia Municipal, foram convidados os Senhores responsáveis da empresa que irá realizar a prospeção de minerais no nosso Concelho. Nós, a oposição, fizemos referência para que isso acontecesse solicitando ao Senhor Presidente que deveria ir alguém dessa empresa à Assembleia Municipal para prestar esclarecimentos. Mas após a sua intervenção, o grupo de trabalho da coligação PSD-CDS, ficou ainda mais preocupado, porque se a intenção seria a de esclarecer os Vereadores, Deputados Municipais, Tabuenses, ficou bem patente que os esclarecimentos foram muito poucos chegando a fugir a perguntas que lhe foram questionadas por parte dos Deputados Municipais da Coligação PSD-CDS»*.



CÂMARA MUNICIPAL

Foi-lhe questionado que «se lhe fosse atribuído o direito de exploração qual seria a sua intenção? Extrair e processar a terra de forma a retirar os minerais desejados no nosso Concelho? Ou se extraíam a terra no Concelho e depois levariam para outro local a fim de processar essa mesma terra e extrair os minerais desejados? Até hoje ficamos por saber porque os Senhores não responderam a esta pergunta e como todos nós sabemos, não é na extração do solo que está a contaminação, mas sim no processamento depois da terra para a escolha dos minerais».

Referiu ainda, que «o mais grave é que a empresa continua por não cumprir a Lei, pois o edital que a Direção Geral de Energia e Geologia, publicou referente à Consulta Pública, diz bem claro, que de acordo com o n.º 9 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 30/2021, de 7 de maio, da sua redação atual, a empresa deveria realizar, em cada município e freguesia abrangida, pelo menos, uma sessão pública de esclarecimento dirigida às populações nos territórios abrangidos, após a conclusão do período de consulta pública. A consulta pública já terminou no dia 10 de novembro, e nós não sabemos nada, ainda não houve qualquer comunicação ou informação da empresa. Eu esperava que na Assembleia Municipal houvesse alguma novidade em relação a este assunto».

Seguidamente, referiu que «o Senhor Presidente recentemente deu uma entrevista a um jornal local, onde disse que o seu compromisso era de chegar ao final do mandato com dívida zero e pagar a tempo e horas, mas, só no último semestre a dívida do Município aumentou 2.728.892€, o total do passivo aumentou 5.164.442€, no espaço de 1 ano, entre 30/06/2022 a 30/06/2023, estando a 30/06/2023 em 15.817.043 euros, o aumento foi de 49%. Em igual período a dívida de fornecedores aumentou cerca de 45%, estando a 30/6/2023 em 4.746.898€. O que é preocupante, o grau de cobertura do passivo corrente pelo caixa e depósito é somente 24%. Em resumo, cada habitante do Concelho de Tábua passou a ter uma dívida de que era de 789 euros em 30/06/2022 para 1.043 euros até 30/06/2023, ou seja, aumentou 31%.»



CÂMARA MUNICIPAL

De igual modo, e relativamente aos empréstimos dirigiu-se ao Senhor Presidente referindo que *«se fizermos um breve resumo aos financiamentos, os empréstimos realizados 3,5 milhões a 20 anos contratados em 2022, 1.2 milhões a 20 anos contratados em janeiro de 2023, 500 mil euros que é um contrato anual em janeiro de 2023, 393 mil euros a 20 anos, contratados recentemente e 142 mil euros a 20 anos contratados também no mesmo período, em dezembro. Isto totaliza 5.735.000 mil euros. Se lhe adicionarmos o saneamento financeiro, estamos a falar em 11.735.000 €, caso este for concretizado»*.

Continuou referindo que, no orçamento apresentado, nos compromissos de responsabilidade financeira, diz que *«após o seu mandato, que termina em 2025, ainda vai residir uma responsabilidade de 7.690.000€, se lhe adicionar os 6 milhões do saneamento, caso seja concretizado, veja os valores, questionando como é que consegue. Só se estiver à espera que lhe saia o euro milhões, para conseguir absorver todo este valor»*.

Face ao exposto, interveio o Senhor Presidente da Câmara, referindo que não acompanha a intervenção, relativamente à questão da Assembleia Municipal, e que no seu entender *«consequimos obter mais informação, agradecendo todo o empenho da empresa, que não sabe, se tem ou não autorização para a parte de pesquisa e prospeção, porque a consulta pública está no processo de análise dos contributos, e só após o mesmo é que será acionado o mecanismo de comunicação pela Direção Geral de Energia e Geologia.»*

Ainda sobre este assunto, referiu que o Senhor Vereador Vítor Melo deve estar errado quando alude que *«eles não cumpriram a lei, porque quando eles receberem a comunicação da tutela, que não é a Câmara Municipal, só depois é que, podem cumprir aquilo que está regulamentado»*, e que além disso, se disponibilizaram para se apresentarem na Assembleia Municipal, como o fizeram, bem como, em reunir e criar uma Comissão a nível local que possa acompanhar todo o processo.



CÂMARA MUNICIPAL

De igual modo, referiu que terão de existir informações da APA – Agência Portuguesa do Ambiente e análise sobre a Avaliação de Impacto Ambiental que terão de complementar a informação, e no seu entender *«fiquei satisfeito e esclarecido, tanto como eu, como todos os Presidentes de Junta, tendo os mesmos no final da sessão transmitido esse sentimento de cabal esclarecimento»*. Porém, caso ainda tenham dúvidas, referiu que estará com disponibilidade total para contribuir de forma positiva para este processo.

Sobre a questão financeira referiu, dirigindo-se ao Sr. Vereador Vítor Melo, que *«a intervenção é sua, portanto a responsabilidade é sua e de quem representa. Não é minha, pelo que não acompanho essas palavras, nem sequer os números que apresentou, sendo que os dois empréstimos de 3.5 milhões, como 1.2 milhões, foram aprovados também por V. Ex^ª.s »*, e que *«o empréstimo de 500 mil euros está pago na íntegra, portanto nem conta. Há que ser sérios e honestos neste processo, que como é de conhecimento de todos, se trata de um empréstimo de curto prazo, para resolver questões de tesouraria e de recurso do pagamento das componentes participadas e não participadas das candidaturas, de cuja verba seremos posteriormente ressarcidos, e isto é um ato de boa gestão»*.

Sobre a questão do empréstimo financeiro de 6 milhões, referiu que *«ainda não o fizemos, portanto esperemos, e ainda bem que concordam que será este o rumo certo para ir a um saneamento financeiro voluntário, e para o qual temos que atingir as metas. Relativamente à questão dos outros dois empréstimos, de trezentos e tal mil euros e de cento e tal mil, sabem que os mesmos são para participar a diferença de um valor associado ao projeto da Área Empresarial da Carapinha, para que possamos desenvolver as nossas empresas e criar condições para atrair e fixar novos empresários e aumentar o crescimento das próprias empresas»*.

Sobre a entrevista, referiu que o Senhor Vereador Vítor Melo *«não deve ter lido a entrevista que foi dada»* elucidando que, *«independentemente deste contexto financeiro, chegaremos a 2025 com uma dívida zero às Juntas de Freguesia»*, e que no seu entender *«deveria haver esse reconhecimento de que há esforços que estão*



CÂMARA MUNICIPAL

a ser feitos nesta matéria, pois iniciámos o mandato com 920.564,72 mil euros de dívida, para ser mais preciso a 31 de dezembro de 2021. Assinámos no ano seguinte, pela primeira vez, na história da Câmara Municipal de Tábua, uma delegação de competências no “Dia Municipal da Coesão”, a 16 de julho de 2022, transferindo e alocando 202 mil euros às Juntas de Freguesia, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2023. Os contratos interadministrativos presentes nas Assembleias de Freguesia e na última Assembleia Municipal, cujos processos ascendem a cerca de 130 mil euros, somam a estes 202 mil euros. Passado um ano reduzimos às Juntas de Freguesia a dívida em cerca de 303 mil euros, ficando com uma dívida de 617 mil euros, e agora, passado mais um ano, reduzimos mais de 200 mil euros, ficando apenas com cerca de 400 mil euros, ou seja, menos de metade da dívida existente no final de 2021. Nesta trajetória, chegaremos ao final do mandato, com dívidas zero às Juntas, ou seja, não só estamos a pagar os nossos compromissos, não só fizemos uma delegação de competências nessa mesma matéria, como efetivamente estamos a recuperar os pagamentos em atraso às Juntas de Freguesia, e vamos até 2025 reduzir um total de 920 mil euros, quase um milhão de euros».

De igual modo, referiu que até à presente data, não teve uma única palavra de valorização, por parte da Oposição quando o Município vai ter mais um investimento de 1.3 milhões de euros para a criação de um CTE – Centro Tecnológico Especializado, bem como, da candidatura de 1 milhão de euros para a dinamização dos Bairros Comerciais Digitais ou ainda da inauguração de mais uma infraestrutura no âmbito do saneamento básico de 311 mil euros, estando a concluir mais uma obra nesta área de mais de um milhão de euros.

Prosseguiu referindo que, para além destas obras, «foi feita a Transferência de Competências para as Juntas de Freguesias; a aquisição das instalações para o Centro Logístico Municipal; foi feito o maior investimento de sempre na aquisição de equipamentos de proteção individual para todos os funcionários, neste caso, os funcionários dos Serviços externos do nosso Município; Renovação da frota automóvel, de equipamentos e Serviços Municipais; Inauguração do Sistema de Vale



CÂMARA MUNICIPAL

de Taipa, Babau e Sevilha; Inauguração do Sistema de Meda de Mouros, Bogalhas e ETAR de Pinheiro de Coja; Inauguração do Sistema de Espariz, Carragosela e ETAR de Espariz; vai ser inaugurado o Sistema da Venda da Esperança, Balocas e Valongo; Reabilitação da ETAR de Vila do Mato e Vasco; Renovação de estruturas de abastecimento de água nas Barras, São Simão, Barrosa, São Geraldo, Vila Chã, Percelada, Venda da Esperança, Balocas e Valongo; criação e beneficiação de acessibilidades e arruamentos em todo o Concelho como seja o alargamento da rede de ciclovias da Vila de Tábua; Requalificação da Rua Eng.º Barata Portugal; Pavimentação da Rua da Indústria; Pavimentação da Rua João Quaresma de Matos e ligação ao Hospital da Misericórdia; Pavimentações dos Arruamentos do Bairro da Silhada; Pavimentação da Rua da Cerâmica; Pavimentações nas Barras; a calçada em São Simão e Seixos Alvos; a beneficiação de arruamentos em Sinde; Pavimentação da Estrada Nacional 317 entre Tabua e Midões; a ligação de Tábua e Ázere; o melhoramento de arruamentos e vias do Covelo; a ligação entre a Rotunda dos Tojais, limite do Concelho de Midões; os arruamentos das vias na freguesia da Póvoa de Midões; a ligação entre a Estrada Nacional 17 e o limite do Concelho, na União de Freguesias de Pinheiro de Coja e Meda de Mouros; a ligação entre a EN17 e Pinheiro de Coja; a ligação de Mouronho e Meda de Mouros; Pavimentações em Venda da Serra, Pousadouros e Catraia de Mouronho da freguesia de Mouronho; Pavimentações em São João da Boa Vista; Pavimentações em Percelada, da União de Freguesias de Covas e Vila Nova de Oliveirinha; alargamento e beneficiação do Cemitério Municipal de Tábua; Requalificação da zona envolvente à Igreja Matriz de Tábua; Apoio à recuperação da Igreja de Midões; Reabilitação do Edifício Paços do Município e colocação de nova cobertura; Intervenção no Salão Nobre; Requalificação do Mercado Municipal; Instalação de nova cobertura no Tribunal Rodoviário. O programa “ComposTábua”, que se traduz num projeto de compostagem doméstica de Biorresíduos; as obras de beneficiação no Centro de Saúde, colocando o Sistema de AVAC; ou ainda a criação da Oficina de Artes de Palco em Percelada.



CÂMARA MUNICIPAL

No âmbito da Proteção Civil, destacamos a instalação de Torre de videovigilância na Santa Eufémia; a criação de mais duas Equipas de Intervenção Permanente para os Bombeiros Voluntários de Tábua e Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Oliveirinha; Criação do Centro Municipal de Proteção Civil.

No âmbito dos terrenos florestais do Município: Limpeza dos caminhos e vias florestais no âmbito do Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndio; o Programa de Reordenamento da Gestão da Paisagem do Alva e Mondego; os “Condomínios da Aldeia” do Fontão na freguesia de Mouronho e de Venda da Serra na freguesia da Carapinha; a Área Integrada na Gestão da Paisagem do Alva; os trabalhos de controlo e erradicação de espécies invasoras.

No âmbito da Cultura: a iniciativa Cultura em Rede; o lançamento da Carta Arqueológica; a dinamização de Infraestruturas; na área da ação social, o acolhimento de pessoas da Guerra da Ucrânia; o aumento dos apoios no âmbito da parceria do “Programa Abem – Rede Solidária do Medicamento; o reconhecimento e o reforço do Projeto “SIT Flexi”, transporte a pedido.

No âmbito da Estratégia Local de Habitação: mais 70 fogos em candidaturas; o lançamento do Concurso no âmbito do 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação e na Bolsa Nacional de Alojamento Temporário e Urgente, a aprovação dos projetos de recuperação das Escolas das Barras e Espadanal.

No investimento da Educação foram alocados mais de 2,5 milhões de euros; a oferta de materiais e equipamentos, nomeadamente, flautas e fichas às crianças do 1.º Ciclo; a beneficiação das Escolas; a recuperação da cobertura da Escola Básica de Tabua, a recuperação da Escola Secundária de Tabua, a recuperação das instalações da Escola Básica de Tabua, Midões e Mouronho, a Inauguração do Jardim da Infância de Candosa, e recuperação dos Jardins de Infância.

Encontra-se a decorrer a construção da Área Empresarial da Carapinha; Inaugurámos o Espaço Cultiva; Dinamizámos Certames de promoção do tecido empresarial; a criação e implementação do “Trilho dos Gaios – Um Percurso com História” e respetivas manutenções; a inauguração da “Pista de Atletismo Mário Pinto



CÂMARA MUNICIPAL

Claro” no Estádio Municipal; a colocação de torres de iluminação no Estádio Municipal ao abrigo de protocolo de Mecenato; a recuperação dos Edifícios da Câmara ao serviço do Desporto, entre muitas outras.»

Concluindo, referiu que no seu entender «*ao longo dos dois anos de mandato, este Executivo tem feito um excelente trabalho em benefício dos Tabuenses e da sua qualidade de vida.*»

Interveio o Senhor Vereador Vítor Melo referindo que «*é bom saber que o Senhor tem tudo isto elencado, para não se esquecer de algumas coisas, mas algumas delas, não foram iniciadas por este Executivo, mas sim pelo anterior, e que não era preciso ser tão exaustivo, ao ponto de referir que atribuem fichas às crianças*».

Relativamente à entrevista, não consegue corroborar com o que foi publicado, considerando que não é mencionado em qualquer lado, que o empréstimo é para as Juntas de Freguesia, e que no seu entender, no final do mandato não vai ter dívida zero, porque os empréstimos são a vinte anos e um empréstimo é uma dívida, devendo na sua ótica o Senhor Presidente fazer um comunicado à população.

Em relação ao edital, referiu que o mesmo é bem claro, mencionando que o período de participação pública é de 27/9/2023 a 10/11/2023, e que após, este término, devem ser feitos esclarecimentos, para bem dos Tabuenses.

Interveio o Senhor Presidente, Dr. Ricardo Cruz, esclarecendo que «*o comunicado da DGEG continua a dizer toda a verdade, e que o processo de consulta pública é iniciado num tempo e encerrado com o respetivo relatório. Tem que existir uma análise das participações públicas e só depois disso é que entrega um relatório. Então como é que uma empresa depois de terminar a consulta pública vai logo fazer um esclarecimento às populações, senão não tem sequer o relatório, nem a entrega da comunicação da DGEG? O processo de consulta pública está bem definido a acordo com a legislação de 2015 e 2021, cabendo à Direção Geral de Energia e*



CÂMARA MUNICIPAL

Geologia, que após a consulta de submissão de cada um dos parceiros, que já terminou, é efetuada uma análise e depois é que é emitido um comunicado. Esse comunicado e essa análise não foi feita, pelo que só quando terminar e for feita é que os interessados serão informados sobre a matéria».

Relativamente à questão da entrevista, esclareceu que a mesma está bem clara, não pretendendo alterar o sentido da mesma.

Sobre a questão dos livros de fichas, referiu que estes são de extrema importância, fazendo o Município um investimento de 12 mil euros, lamentando que o Senhor Vereador não valorize este investimento, bem como, todos os investimentos que tem sido concretizados ao longo destes dois anos, estando no seu entender «*a fazer um trabalho de rigor, muito reconhecido em diversos capítulos de investimentos, de forma clara e transparente*».

Interveio a Senhora Vereadora, Dra. Susana Mendes, referindo que «*até me custa dizer isto, mas o Município Tábua tem sido pioneiro naquilo que é a gratuidade das ofertas e dos apoios atribuídos às famílias e aos alunos. Falamos do transporte escolar, dos livros das fichas, das flautas, e das ofertas de Natal, dadas pela primeira vez aos alunos dos outros ciclos, e que este assunto tem sido sempre aprovado por unanimidade, estranhando que a Oposição faça menção a este respeito.*»

Relativamente ao trabalho desenvolvido e elencado pelo Senhor Presidente durante os dois anos de mandato, referiu que «*o Município de Tábua continuará a candidatar-se a todos os incentivos que possam vir a existir em prol do progresso e do desenvolvimento do Concelho de Tábua e dos seus munícipes*».

No âmbito da educação, referiu que «*beneficiámos as infraestruturas escolares e que conseguiram junto da DGEST, que fosse feita a recuperação do ginásio da Escola EB2, financiada pela Direção Geral de Educação, cumprindo aquilo que estamos obrigados, mas também na continuação de fazer muito mais do que isso.*»



CÂMARA MUNICIPAL

Interveio novamente o Senhor Vereador Vítor Melo, referindo que *«ainda bem que vocês falam de unanimidade, isso é a prova que nós apoiamos e estamos aqui ao vosso lado para construir, o que lamento é que os Senhores façam um alarido enorme para encobrir as falhas, somente por eu ter referido, que não conseguiriam chegar ao final do mandato com dívida zero,»* e que *«é responsabilidade da Oposição fiscalizar, e dar sugestões»*.

Referiu ainda, que foi a Oposição quem solicitou a presença dos Senhores da empresa de exploração na Sessão da Assembleia Municipal para prestarem esclarecimentos, contudo, no seu entender, *«pouco fizeram»*.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, Dr. Ricardo Cruz, para referir que *«fico muito satisfeito que tenha corroborando do excelente trabalho que este Executivo está a fazer»*.

INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA, EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO, DRA. ALEXANDRA MARTINS:

Interveio a Senhora Vereadora, em regime de substituição, Dra. Alexandra Martins começando por endossar cumprimentos a todos os elementos do Executivo, respetivos colaboradores do Município que prestam apoio ao Secretariado das Reuniões da Câmara, à comunicação social e a todos os que acompanham a presente reunião através dos canais digitais.

No uso da palavra, referiu que *«gostaria que o Município tivesse mais em conta a oposição, que não nos tenha, apenas aqui como um número, e que não volte a acontecer o que aconteceu na última aprovação do orçamento, que nós sejamos chamados para debater, para poder dar a nossa opinião»*.

Finalizou, desejando a todos, apesar das dificuldades, as Boas Festas e um bom Ano de 2024.



CÂMARA MUNICIPAL

Face ao exposto, interveio o Senhor Presidente da Câmara, Dr. Ricardo Cruz, referindo que *«foi enviada uma comunicação aos grupos parlamentares de acordo com a lei, no sentido de se pronunciarem e de apresentarem propostas de acordo com as questões que lhe estão definidas, cumprindo desta forma, esse desidrato»*.

Findas as intervenções e prestados os esclarecimentos às questões colocadas, o Senhor Presidente da Câmara passou, seguidamente, ao II Período da Ordem do Dia.

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

1. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR ENTRE A ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, I.P. E O MUNICÍPIO DE TÁBUA - OBRAS DE REMODELAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DE TÁBUA/RATIFICAÇÃO.

Deliberação n.º 425 - Presente o Protocolo de Colaboração celebrado entre a Administração Regional de Saúde do Centro, I.P. e o Município de Tábua, que se dá por reproduzido, e que tem por objeto a realização de obras de remodelação no Centro de Saúde de Tábua.

Interveio o Senhor Vereador Vítor Melo questionando o Senhor Presidente, se no caso desta candidatura não ser aceite no Plano de Resiliência, se este protocolo caduca.

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara, Ricardo Cruz esclareceu que os protocolos são feitos para que a candidatura seja aprovada, porém, caso esta não seja aceite, não existe protocolo para o investimento em causa.

Referiu ainda que há que reconhecer que já é o segundo protocolo para a infraestrutura, um do AVAC e este de 623 mil euros na recuperação do espaço.



CÂMARA MUNICIPAL

Interveio novamente o Senhor Vereador Vítor Melo para questionar o porquê do protocolo referir «*ou mediante quaisquer outras fontes de financiamento incluindo o Orçamento de Estado.*»

Interveio a Senhora Vereadora Dra. Susana Mendes, para referir que o Município de Tábua está a submeter uma candidatura ao abrigo do PRR com a intenção plasmada neste protocolo, pressupondo que as verbas estejam no Orçamento do Estado, do Município e das fontes de financiamento, e caso esta candidatura seja aprovada avança com as dotações orçamentais que estão previstas para o efeito, caso não o seja, é indeferida.

Colocado o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por unanimidade, com seis votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, ratificar, nos termos do n.º 3, do artigo 35.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, o ato praticado pelo Senhor Presidente da Câmara, ao outorgar o referido Protocolo de Colaboração, em representação do Município.

2. CANDIDATURA AO PROJETO CALISENSE - CARTA DE COMPROMISSO - RATIFICAÇÃO.

Deliberação n.º 426 - Presente a Carta de Compromisso de Investimento Social de cofinanciamento do Projeto de Inovação Social “CALISENSE”, para efeitos de candidatura às Parcerias para a Inovação Social, que se dá por reproduzida.

Considerando que o Município de Tábua manifestou interesse em associar-se ao citado Projeto, promovido pela Associação Calioásis, no âmbito da candidatura Portugal Inovação Social e dada a urgência da submissão da mesma, pela referida Associação, o Senhor Presidente assinou em 21 de dezembro em curso a Carta de Compromisso, em apreço.

Neste sentido e após prestados os necessários esclarecimentos, a Câmara deliberou por unanimidade, com seis votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, ratificar, nos termos do n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de



CÂMARA MUNICIPAL

setembro, na sua versão atual, o ato de assinatura da referida Carta de Compromisso de Investimento Social, praticado pelo Senhor Presidente da Câmara.

DAF – DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

EXPEDIENTE, TAXAS, LICENÇAS, SERVIÇOS GERAIS, EXPEDIÇÃO E ARQUIVO

3. ISENÇÃO DE TAXAS/LICENÇA PARA A REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES NAS VIAS PÚBLICAS/LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO/RATIFICAÇÃO.

Deliberação n.º 427 - Presente para ratificação nos termos do n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, os pedidos relativos a Licenças para a realização de atividades nas vias públicas e Licenças Especiais de Ruído solicitadas pelas entidades elencadas na informação n.º 87/2023/BU, da Assistente Técnica, Margarida Santos, da DAF – BackOffice, datada de 19 de dezembro p.p., documentos que se dão por reproduzidos.

Prestados os devidos esclarecimentos, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, com seis votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, ratificar os atos administrativos praticados pelo Senhor Presidente da Câmara relativamente à isenção de taxas, de acordo com o preceituado no artigo 10.º, n.º 2, alínea a) do Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas, em vigor.

DOPGU - DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES E GESTÃO URBANÍSTICA

4. REQUALIFICAÇÃO (ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DE TÁBUA) – PROJETO DE ARQUITETURA/RATIFICAÇÃO.

Deliberação n.º 428 – Presente o projeto de arquitetura da obra de “*Requalificação (Alteração e Ampliação) do Centro de Saúde de Tábua*” e a informação n.º 39/2023, datada de 22 de dezembro de 2023, da Senhora Eng.ª Luísa Marques, Chefe da



CÂMARA MUNICIPAL

Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbanística, documentos que se dão por reproduzidos.

Face ao exposto e ao teor da informação acima mencionada, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, com seis votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, ratificar, nos termos do n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, o ato de aprovação do projeto de arquitetura da obra em apreço.

5. OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO.

Deliberação n.º 429 – Presente o processo de autorização de utilização n.º 61/2010-SAD/50/004 e o requerimento apresentado por Fernando Fonseca Correia, onde requer autorização para desenvolvimento de uso misto (habitação e serviços) na sua habitação, com Alvará de Autorização de Utilização n.º 63/2010, sita na Rua Principal da localidade de Loureiro, da União de Freguesias de Covas e Vila Nova de Oliveirinha, nos termos do artigo 52.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, na sua atual redação, documentos que se dão por reproduzidos.

Posto o assunto à consideração da Câmara, atendendo à informação n.º 045/2023, datada de 11 de dezembro de 2023, do Senhor Eng.º Pedro Rodrigues, com a proposta de aprovação da Senhora Eng.ª Luísa Marques, Chefe da Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbanística, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, com seis votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, autorizar o desenvolvimento do uso misto pretendido, nos termos do n.º 4 do artigo 52.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação.

Deliberação n.º 430 – Presente o processo de Licenciamento n.º 39/2023/724, apenso ao Processo de Licenciamento n.º 01/2013-SAD/40/014, em que é requerente a Santa Casa da Misericórdia de Tábua, referente ao pedido de licença especial para a conclusão da obra de “Ampliação de uma Estrutura Residencial para Pessoas



CÂMARA MUNICIPAL

Idosas – 2.ª Fase”, situada na Travessa da Eira, n.º 1, no lugar, freguesia e concelho de Tábua.

Posto o assunto à consideração da Câmara, atendendo à informação n.º 040/2023, datada de 22 de dezembro de 2023, da Senhora Eng.ª Luísa Marques, Chefe da Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbanística, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, com seis votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, deferir o pedido de licença especial para conclusão da obra, nos termos do artigo 88.º do RJUE, com o condicionalismo de ser apresentada a certidão do registo predial válida e os termos de responsabilidade subscritos pelo autor e coordenador do projeto, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, até à emissão do respetivo título.

Deliberação n.º 431 – Presente o processo de Licenciamento n.º 39/2023/726, apenso ao Processo de Licenciamento n.º 92/2012-SAD/40/014, em que é requerente a Fundação Sarah Beirão e António Costa Carvalho, referente ao pedido de licença especial para a conclusão da obra de “Ampliação de uma Estrutura Residencial para Pessoas Idosas”, situada na Quinta dos Freixos, da freguesia e concelho de Tábua.

Posto o assunto à consideração da Câmara, atendendo à informação n.º 041/2023, datada de 22 de dezembro de 2023, da Senhora Eng.ª Luísa Marques, Chefe da Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbanística, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, com seis votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, deferir o pedido de licença especial para conclusão da obra, nos termos do artigo 88.º do RJUE, com o condicionalismo de serem apresentados os termos de responsabilidade subscritos pelo autor e coordenador do projeto, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, até à emissão do respetivo título.



CÂMARA MUNICIPAL

6. CERTIDÕES PARA EFEITOS DE CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE.

Deliberação n.º 432 – Presente o requerimento apresentado por Bruno José Pereira Simões, registado no MGD sob o n.º 6788, no qual solicita a emissão de certidão com parecer sobre a constituição de compropriedade, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na sua atual redação, para efeitos de compra e venda, cujos comproprietários serão Marlene Dias Nunes e António Francisco Costa Martins, do prédio rústico inscrito na matriz predial sob o n.º 4774, situado no lugar de Catraia de Mouronho, da freguesia de Mouronho, concelho de Tábua, documento que se dá por reproduzido.

Face ao requerido e ao teor da informação n.º 305/2023, datada de 23 de novembro de 2023, do Senhor Arq.º José Fonseca, com a concordância da Senhora Eng.ª Luísa Marques, Chefe da Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbanística, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, com seis votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, ratificar o despacho de emissão de parecer favorável à constituição da compropriedade, efetuado pela Senhora Vereadora do Pelouro do Urbanismo e Ordenamento do Território em 24 de novembro de 2023, com a advertência para o facto de que a eventual divisão prevista no artigo 1412.º do Código Civil não será viável, em virtude do prédio ter uma área inferior à unidade mínima de cultura legalmente estipulada.

Deliberação n.º 433 – Presente o requerimento apresentado por Manon Maatje, registado no MGD sob o n.º 7144, no qual solicita a emissão de certidão com parecer sobre a constituição de compropriedade, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na sua atual redação, para efeitos de compra e venda, cujos comproprietários serão Catharina Wilhelmina Johana Lenssen e Peter August Arnolds Heijnen, do prédio rústico inscrito na matriz predial sob o n.º 6.595, situado no lugar de Casal de Baixo, das freguesias de Covas e Vila Nova de Oliveirinha, concelho de Tábua, documento que se dá por reproduzido.



CÂMARA MUNICIPAL

Face ao requerido e ao teor da informação n.º 329/2023, datada de 14 de dezembro de 2023, do Senhor Arq.º José Fonseca, com a concordância da Senhora Eng.ª Luísa Marques, Chefe da Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbanística, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, com seis votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, ratificar o despacho de emissão de parecer favorável à constituição da compropriedade, efetuado pela Senhora Vereadora do Pelouro do Urbanismo e Ordenamento do Território em 18 de dezembro de 2023, com a advertência para o facto de que a eventual divisão prevista no artigo 1412.º do Código Civil não será viável, em virtude do prédio ter uma área inferior à unidade mínima de cultura legalmente estipulada.

Deliberação n.º 434 – Presente o requerimento apresentado por Paulo Alexandre Costa Ferrão, registado no MGD sob o n.º 7056, no qual solicita a emissão de certidão com parecer sobre a constituição de compropriedade, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na sua atual redação, para efeitos de compra e venda, cujos comproprietários serão Paulo Alexandre Costa Ferrão e Gabriela Caldeira Abreu Ferreira, do prédio rústico inscrito na matriz predial sob o n.º 76, situado no lugar de Corga, da freguesia e concelho de Tábua, documento que se dá por reproduzido.

Face ao requerido e ao teor da informação n.º 325/2023, datada de 12 de dezembro de 2023, do Senhor Arq.º José Fonseca, com a concordância da Senhora Eng.ª Luísa Marques, Chefe da Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbanística, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, com seis votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, ratificar o despacho de emissão de parecer favorável à constituição da compropriedade, efetuado pela Senhora Vereadora do Pelouro do Urbanismo e Ordenamento do Território em 13 de dezembro de 2023, com a advertência para o facto de que a eventual divisão prevista no artigo 1412.º do Código Civil não será viável, em virtude do prédio ter uma área inferior à unidade mínima de cultura legalmente estipulada.



CÂMARA MUNICIPAL

Deliberação n.º 435 – Presente o requerimento apresentado por Maria Alice Figueiredo Cardoso Ribeiro, registado no MGD sob o n.º 7081, no qual solicita a emissão de certidão com parecer sobre a constituição de compropriedade, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na sua atual redação, para efeitos de compra e venda, cujos comproprietários serão Robert Bontenbal e Marcel Gort, do prédio rústico inscrito na matriz predial sob o n.º 796, situado no lugar de Levegada, da freguesia de Midões, concelho de Tábua, documento que se dá por reproduzido.

Face ao requerido e ao teor da informação n.º 330/2023, datada de 14 de dezembro de 2023, do Senhor Arq.º José Fonseca, com a concordância da Senhora Eng.ª Luísa Marques, Chefe da Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbanística, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, com seis votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, ratificar o despacho de emissão de parecer favorável à constituição da compropriedade, efetuado pela Senhora Vereadora do Pelouro do Urbanismo e Ordenamento do Território em 18 de dezembro de 2023, com a advertência para o facto de que a eventual divisão prevista no artigo 1412.º do Código Civil não será viável, em virtude do prédio ter uma área inferior à unidade mínima de cultura legalmente estipulada.

DOSUA – DIVISÃO DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS, AMBIENTE

7. REVISÃO DE PREÇOS.

Deliberação n.º 436 - Presente a Revisão de Preços n.º 1 ordinária/definitiva da Empreitada “*Ampliação do Cemitério Municipal de Tábua*”, respeitante ao Processo n.º CPR-40-E/2021, cujo adjudicatário é a Empresa PAVIOL UNIPessoal, LDA., de acordo com o disposto no artigo 382.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, no valor de 8.705,66€ (oito mil setecentos e cinco euros e sessenta e seis cêntimos), ao qual acresce o IVA, à taxa legal em vigor, documento que se dá por reproduzido.



CÂMARA MUNICIPAL

Posto o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por maioria, com quatro votos a favor, zero votos contra e duas abstenções, aprovar a referida revisão de preços.

8. CONCURSOS E CONSULTAS.

Deliberação n.º 437 - Presente o processo de Concurso Limitado por Prévia Qualificação n.º 73-S/2023 relativo ao contrato de *“Gestão de Eficiência Energética na Rede de Iluminação Pública do concelho de Tábua”*, que se dá por reproduzido, para efeitos do estipulado no Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

Posto o assunto à consideração da Câmara e atendendo à informação n.º 025/2023, datada de 22/12/2023, do Senhor Eng.º José Lima, Chefe da Divisão de Obras, Serviços Urbanos e Ambiente, foi deliberado por unanimidade, com seis votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, o seguinte:

- 1.º. Aprovar a **decisão de contratar e autorizar a respetiva despesa**, nos termos do disposto no artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), que se estima em 143.588,09€+IVA/ano, conforme projeção plurianual supra indicada. A despesa será satisfeita pela dotação da seguinte classificação orçamental: código projeto/ação: 05-002-2022/4; código económico: 0102/020208. Classificação CPV com objeto principal: 71314200-4;
- 2.º. Escolher o procedimento de **Concurso limitado por Prévia Qualificação com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia**, ao abrigo do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 50/2021, de 15 de junho, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º e artigo 245.º e seguintes, ambos do CCP, e com o artigo 2.º da parte preambular da Portaria n.º 671/2022, de 9 de setembro de 2022.

Nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 50/2021, de 15 de junho, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do artigo 2.º da Portaria n.º 671/2022, a



CÂMARA MUNICIPAL

participação neste procedimento encontra-se limitada às entidades qualificadas como Empresas de Serviços Energéticos (ESE) no âmbito do Regulamento do Sistema de Qualificação de Empresas de Serviços Energéticos (SQESE), aprovado pelo Despacho n.º 6227/2022, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 96, de 18 de maio de 2022, cuja listagem consta da página oficial da Direção Geral de Energia e Geologia (<http://www.dgeg.pt>);

- 3.º. Aprovar as **peças do procedimento**, nos termos do n.º2 do artigo 40.º do CCP, conjugado com o artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 50/2021, de 15 de junho e com a Portaria n.º 671/2022, de 9 de setembro, anexas à presente informação;
- 4.º. Para efeitos do disposto no artigo 47.º do CCP, **não fixar preço base** do procedimento. Apesar de existir um custo estimado, o preço contratual será determinado em função das economias (variáveis) geradas ao longo da execução do contrato, e não apenas por um preço a pagar pela entidade adjudicante. Refira-se ainda que as peças tipo para os procedimentos de formação de contratos de gestão de eficiência energética regulamentadas através da Portaria n.º671/2022, de 9 de setembro, não incluem qualquer referência a este parâmetro;
- 5.º. Para efeitos do disposto no artigo 48.º do CCP, determinar que o **prazo de execução contratual** seja de 15 anos a contar da data da consignação, conforme determinado no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 50/2021, de 15 de junho;
- 6.º. Que, para efeitos do disposto no n.º1 do artigo 67.º do CCP, o **Júri do procedimento**, seja composto pelos seguintes membros:
 - i. Presidente: José Luís Ferreira Lima, Chefe da DOSUA;
 - ii. 1.º Vogal efetivo: Célia Regina Simões Carvalho, Técnica Superior da DOSUA;



CÂMARA MUNICIPAL

- iii. 2.º Vogal efetivo: Mónica Alexandra Fonseca Costa, Técnica Superior da DOSUA;
- iv. 1.º Vogal suplente: Andreia Leal Coelho, Técnica Superior da DOSUA;
- v. 2.º Vogal suplente: Maria Luísa Nunes Marques, Chefe da DOPGU.

7.º. Que, nos termos do n.º2 do artigo 69.º do CCP, sejam **delegada no Júri do procedimento** as seguintes competências:

- i. Prestar esclarecimentos no âmbito do artigo 50.º do CCP;
- ii. Classificar documentos da proposta, ao abrigo do artigo 66º do CCP;
- iii. Notificar os interessados das decisões da entidade adjudicante que apreciem questões que decorrem no procedimento, anteriores ao relatório final;
- iv. Decidir sobre a prorrogação do prazo para a apresentação de propostas;
- v. Proceder à audiência prévia dos concorrentes, nos termos do disposto no artigo 147.º do CCP, após elaboração do relatório preliminar.

8.º. Nos termos das alíneas a) e b) do n.º2 do artigo 46.º-A/2 do CCP, prever a **não contratação por lotes**, atendendo que, face à exigência técnica associada ao acompanhamento e execução do contrato, imposta pela complexidade do próprio concurso, tal como estabelecido nos procedimentos-tipo definidos pela legislação e pela tipologia de intervenção no âmbito da eficiência energética, a gestão de um único contrato se revelará incomparavelmente mais eficiente. Por outro lado, a sua eventual separação por lotes, poderia, por uma questão de escala, resultar em propostas economicamente menos vantajosas para a entidade adjudicante.



CÂMARA MUNICIPAL

9º. Que, para efeitos do disposto do artigo 290.º-A do CCP, sejam designados os seguintes **gestores do contrato**, os quais subscreverão as declarações de inexistência de conflito de interesses conforme modelo previsto no anexo XIII do CCP:

- i. Andreia Leal Coelho, Técnica Superior da DOSUA;
- ii. José Ângelo Pires Oliveira, Técnico Superior da DAF.

Deliberação n.º 438 – Presente a informação n.º 129/2023, de 22 de dezembro, da Técnica Superior, Eng.ª Mónica Costa, com a concordância do Senhor Eng.º José Lima, Chefe da Divisão de Obras, Serviços Urbanos e Ambiente, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de Ajuste Direto n.º 69-B/2023, relativo ao “*Fornecimento contínuo de gasóleo rodoviário a granel*”, ao abrigo do Lote 3.1-A do Acordo Quadro AQ-44/2021 - Fornecimento de Combustíveis Rodoviários da Central Nacional de Compras Municipais (CNCM)”, documentos que se dão por reproduzidos, para efeitos de aprovação de todas as propostas contidas na mesma, nomeadamente, para efeitos de adjudicação, conforme o disposto no artigo 76.º do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua atual redação.

Posto o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por unanimidade, com seis votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar o seguinte:

1. Adjudicar o respetivo contrato à empresa Lubrifuel – Combustíveis e Lubrificantes, Lda., pelo valor de 246.040,00€ (duzentos e quarenta e seis mil e quarenta euros), acrescido de I.V.A. à taxa legal em vigor.
2. Aprovar, nos termos e para efeitos do n.º 1 do artigo 98.º do CCP, a minuta do contrato a celebrar.
3. Autorizar o Senhor Presidente da Câmara, em representação do Município, a assinar o contrato nos termos do estipulado no artigo 94.º e seguintes do CCP.



CÂMARA MUNICIPAL

9. CONTA FINAL DE EMPREITADA.

Deliberação n.º 439 - Presente a Conta Final da Empreitada do “*Centro Municipal de Proteção Civil de Tábua – Remodelação e adaptação de edifício*”, respeitante ao processo n.º CPR-58-E/2022, cujo adjudicatário é a Empresa Garcia e Borges, Lda., nos termos e para efeitos do artigo 399.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, documento que se dá por reproduzido.

Posto o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por unanimidade, com seis votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a referida conta final de empreitada.

10. AUTOS DE MEDIÇÃO.

Deliberação n.º 440 - Presente o Auto de Medição n.º 4 de trabalhos contratuais da Empresa EMBEIRAL – Engenharia e Construção, SA, da Empreitada de: “*Execução das obras de urbanização do Plano de Pormenor da área Empresarial da Carapinha*”, respeitante ao Processo CP-39-E/2022, no valor de 98.008,13€ (noventa e oito mil, oito euros e treze cêntimos), ao qual acresce I.V.A. à taxa legal em vigor, certificado pela fiscalização da obra, documento que se dá por reproduzido.

Posto o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por unanimidade, com seis votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara de 20/12/2023 de aprovação do respetivo auto e de proceder ao seu pagamento.

11. TRABALHOS A MENOS.

Deliberação n.º 441 – Presente o Auto de Trabalhos a Menos n.º 1 da Empresa Irmãos Almeida Cabral, Lda., da Empreitada “*Pavimentações Diversas no Concelho*”, respeitante ao Processo CP-39-E/2021, no valor de 76.448,26€ (setenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito euros e vinte e seis cêntimos), ao qual acresce I.V.A.



CÂMARA MUNICIPAL

à taxa legal em vigor, certificado pela fiscalização da obra, documento que se dá por reproduzido.

Posto o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por unanimidade, com seis votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar o referido auto.

As presentes deliberações foram aprovadas, quanto a esta parte, pela Minuta da Ata n.º 28/2023, para produção de efeitos imediatos, elaboradas pela Secretária do Órgão, Maria José Mendes Dias das Neves, de acordo com o plasmado nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugado com o n.º 6 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua versão atual.

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, declarou encerrada a reunião às dezasseis horas e cinquenta e cinco minutos.

E, eu Carla Sofia Santos Costa, Técnica Superior, servindo de Secretária, a redigi e também assino.

O Presidente da Câmara,

A Secretária,
